

"21A(30)" 06.6.86

A RENAMO DISPOSTA A NEGOCIAR, MAS...

«... Não haverá abdições no que é considerado essencial: a democratização de Moçambique»

A revelação de que já houve conversações entre dirigentes rebeldes moçambicanos e altas patentes das Forças Armadas do regime marxista da FRELIMO foi, evidentemente, a tônica da Conferência de Imprensa dada a semana finda em Lisboa por Jorge Correia, delegado para a Europa da RENAMO, ou Resistência Nacional Moçambicana. E aí os jornalistas puderam detectar um pouco da complicada trama que é hoje a situação envolvente de Samora Machel, a braços com adversidades vindas de todos os lados.

Uma vez que a conferência de Imprensa ficou interrompida por uma intervenção policial a que adiante nos referimos devidamente, tornou-se-nos impossível na altura obter esclarecimentos. Todavia, um contacto posterior com a RENAMO habilitou-nos a clarificar a questão: um sector das Forças Armadas governamentais encontra-se disposto a negociar a paz com os rebeldes, mediante determinadas condições, e é levado a isso por três ordens de motivos — pelo insucesso de sete anos de operações militares contra a rebelião, pelo convencimento de que a política da FRELIMO tem obedecido apenas a interesses ideológicos alheios ao povo moçambicano e pelo facto do governo machelista

atribuir sistematicamente aos militares as culpas da crise gravíssima que Moçambique atravessa.

O nosso informador dispensou-se, como é natural, de identificar o militar ou militares envolvidos nesta manobra de aproximação com a Resistência Nacional Moçambicana, mas sublinhou não ser essa a única tentativa em curso no sentido de uma solução negociada. «Neste momento — disse-nos — todas as partes interessadas no futuro de Moçambique, quer no plano interno como no do estrangeiro, compreenderam já que esse futuro passa pela RENAMO e de um modo ou de outro, directa ou indirectamente, procuram estabelecer contactos».

De acordo com a mesma fonte, a posição da RENAMO

continua a ser a de estar disposta a negociar com qualquer interlocutor, na certeza, porém, de que da sua parte «não haverá abdições no que é considerado essencial — a democratização de Moçambique, que implica o fim do regime de partido único e do seu sistema repressivo e atentatório dos Direitos do Homem».

As condições postas pelos militares em causa, com vista a eventuais conversações de paz, limitam-se, ao que parece, à garantia de que a RENAMO não exercerá represálias sobre os seus actuais adversários.

A posição do Episcopado

Um dos assuntos focados por Jorge Correia na Conferência de Imprensa foi a Carta Pastoral do Episcopado moçambicano, datada de 6 de Maio deste ano, que apela para uma solução pacífica de reconciliação nacional. Tivemos,

entretanto, acesso ao texto integral desse documento, que considera «intolerável esta guerra fratricida» e que está escrito nos termos mais duros, como se pode avaliar por esta passagem:

«Queremos, mais uma vez, denunciar como crimes venham donde vierem, os assassinatos, as execuções sumárias, a liquidação física de prisioneiros ou de suspeitos, as represálias contra populações ou pessoas indefesas, os espancamentos brutais; as mutilações, os ataques armados a pessoas inocentes, as medidas punitivas cruéis e degradantes, a destruição de bens indispensáveis à vida e subsistência das populações, a queima e pilhagem das casas de pessoas indefesas, a intimidação e manipulação das populações pelas armas, a extorsão de confissões ou de denúncias, as diversas humilhações e crueldades».

Embora os bispos tivessem tido o cuidado de observar que as violências e os crimes se repartem «por uns e por

outros», o teor da Carta Pastoral é sobretudo condenatório do comportamento da FRELIMO, não só no que respeita à violação da justiça, «a situações flagrantes de violação dos direitos fundamentais das pessoas e de desprezo pela liberdade e pela dignidade a que o nosso povo tem direito» e a «medidas desumanas e degradantes» (referência explícita à lei do chicote) mas também relativamente aos er-

ros cometidos no sector da política económica.

A reacção da RENAMO a esta Carta Pastoral foi reafirmada agora por Jorge Correia: «através da nossa luta, sempre dissemos estar dispostos a conversações que permitam o fim da guerra e a criação de um Estado de Direito, na base do respeito pelo cidadão e os seus direitos e pela democracia e os seus mecanismos».

Machel forçado a retroceder

Antes do Episcopado haver confirmado, com esta Carta Pastoral, as violências e crimes cometidos pelo regime da FRELIMO e repetidas vezes denunciados pela RENAMO, já os mesmos haviam sido verberados em relatório publicado pela Amnistia Internacional no fim do verão passado e por nós divulgado nessa altura. O ditador moçambicano tem-se mantido, até agora inamovível nesse campo, sem revogar ne-

nhuma das medidas degradantes impostas à população e limitando-se a prometer clemência aos rebeldes que se renderem. É todavia impossível a Samora Machel deixar de ceder à generalizada reacção, dentro e fora do país, motivada por quase uma década de perseguições, de assassínios políticos e de toda a espécie de arbitrariedades, de assassínios políticos e de toda a espécie de arbitrariedades e de corrupção.

A tática adoptada desde há meses por Samora Machel para melhorar interna e externamente a sua imagem tem consistido em apontar alguns dos seus ministros como sendo os únicos responsáveis quer pelas violações dos Direitos do Homem quer pelo descalabro económico e pela corrupção. Todavia, os observadores da situação moçambicana comentam que todo o aparelho repressivo do regime foi mantido por um dos mais directos colaboradores de Machel, o ministro Jacinto Vello-

so, que o presidente continua a distinguir com as máximas provas de confiança, como foi o tê-lo encarregado das negociações com a África do Sul que conduziram ao Acordo do Incomati.

O recurso a «bodes expiatórios» foi agora mais uma vez posto à prova com a recente remodelação governamental efectuada em Maputo, que igualmente esteve em foco, embora muito de relance, na conversa de Jorge Correia com os jornalistas. Remodelação significativa, em primeiro lugar, da ineficácia da anterior remodelação, realizada não há muitos meses. É, em segundo lugar, significativa do afrontamento entre duas alas da FRELIMO: ao contrário do que aconteceu com os seus cole-

gas de Governo, Mariano Matosinho e José Carlos Lobo, que passaram respectivamente para o Governo da província do Niassa e para a vice-presidência dos Negócios Estrangeiros, o ex-ministro do Interior, general Armando Que-

buza, membro do Comité Político do Partido e até agora um dos «seus homens fortes», não foi nomeado para nenhum cargo.

O delegado da RENAMO fez notar que Armando Quebuza é um adversário declarado do Acordo do Incomati e um dirigente com forte apoio na ala esquerda da FRELIMO (pró-sovietista), tanto no sector militar como no civil, pelo que Samora Machel está a jogar com ele uma partida arriscada e difícil. A referência ao Acordo do Incomati deu ensejo a aceradas críticas de Jorge Correia; segundo ele, o acordo foi um «falhanço total» e a partir da sua assinatura a actividade das guerrilhas recrudescer, ao contrário do que se esperava; «o Governo da FRELIMO — acrescentou — tornou-se vassallo da República da África do Sul» e esta, por seu turno, «prepara com a dependência da segurança e da economia de Moçambique um apoio futuro para a manutenção do apartheid, quando, após a independência da Namíbia, a pressão internacional voltar à carga contra Pretória e o seu regime».

O Acordo do Incomati e as suas consequências motivaram também uma declaração acerca da barragem de Cabora Bassa: «Só com o aval da RENAMO — sublinhou Jorge Correia — haverá transporte de energia eléctrica de Cabora Bassa. As conversações dizem-nos respeito e nós definiremos as condições, mas tem de haver contrapartidas da parte de Portugal e da África do Sul para que deixemos passar a energia».

Operação «Cacimbo Ardente»

As declarações do delegado da RENAMO não visaram apenas aspectos políticos. A Conferência de Imprensa serviu também para anunciar estar já em curso, em nove províncias de Moçambique, a operação «Cacimbo Ardente», na qual se empenham dezasseis mil guerrilheiros. O objectivo principal da Resistência continua a

consistir em fechar o cerco terrestre a Maputo, prevendo-se para breve a activação da guerrilha urbana. Jorge Correia prestou várias informações sobre a situação militar na área dos arredores da capital moçambicana e renovou a recomendação de que todos os estrangeiros se devem afastar, pois as guerrilhas não poderão diferenciá-los quando dos seus ataques a transportes ou a quaisquer outros alvos.

Comunicados distribuídos pela RENAMO antes deste encontro com os órgãos de Comunicação Social e referentes ao passado mês de Maio e aos primeiros dias de Junho haviam mencionado mais de cinco centenas e meia de baixas infligidas às forças governamentais, dezenas de toneladas de material capturado pelos guerrilheiros em várias áreas de combate, a destruição de oito composições ferroviárias, trinta e quatro viaturas militares e sete blindados soviéticos, e, ainda, entre outras operações de surpresa, a destruição em Savane, trinta quilómetros a Norte da cidade da Beira, do quartel de um batalhão governamental.